

A zona da Mata central: produção rural e comércio com o norte fluminense na primeira metade do século XIX

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a produção rural e a circulação de mercadorias na zona da Mata central ao longo das primeiras décadas do século XIX com base nos dados da importação e exportação pelo registro da Barra do Pomba. Para isso, serão analisados os seguintes itens: 1) a produção rural das freguesias da região (Rio Pomba, São João Batista do Presídio e Santa Rita do Turvo); 2) a instalação e as rotinas de escrituração contábil do registro da Barra do Pomba e 3) o movimento de importação e exportação entre a zona da Mata e o norte da província do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Minas Gerais, zona da Mata, século XIX

The central Mata zone: rural production and trade with the north of Rio de Janeiro in the first half of the 19th century

Abstract: This article aims at analysing the rural production and the circulation of goods in the central area of the so called “zona da Mata” (Minas Gerais, Brazil) during the first decades of the 19th century, based on import and export data from the Barra do Pomba customs house. For this, the following items will be analysed: 1) the rural production of the parishes in the region (Rio Pomba, São João Batista do Presídio and Santa Rita do Turvo); 2) the installation and bookkeeping routines of the Barra do Pomba customs house and 3) the import and export movement between the Zona da Mata and the north of the province of Rio de Janeiro.

Keywords: Minas Gerais, zona da Mata, 19th century

A zona da Mata central: produção rural e comércio com o norte fluminense na primeira metade do século XIX

Angelo Alves Carrara

Advertência: este texto faz parte de uma pesquisa em andamento e ainda dependente em grande medida dos documentos da Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto sob custódia do Arquivo Nacional, que interditou o acesso ao acervo até 31 de dezembro deste ano.

Apesar de a ocupação das terras situadas na zona da Mata central por migrantes provenientes especialmente das áreas mineradoras ter-se iniciado nos meados do século XVIII, foi a partir de 1808 que este processo experimentou forte aceleração, como consequência das medidas destinadas à sedentarização das populações indígenas por meio de aldeamentos. Sem dúvida, a criação em 1767 da freguesia de Rio Pomba, que mais tarde veio a dar origem à cidade homônima, constituiu uma iniciativa importante de estímulo à migração, de modo que já em 1775 começaram a aparecer os primeiros registros de produção rural destinada ao mercado. Todavia, a concentração e consequente desestruturação das comunidades indígenas, principalmente coroados e puris, nos novos núcleos do Presídio de São João Batista (atual cidade de Visconde do Rio Branco) e Guidoal (na cidade homônima), converteu esse território numa extensa fronteira agrícola aberta para todos quantos desejassem ali instalar-se (CARRARA, 1999, mapa 1).

O crescimento do número de posseiros que chegavam, por sua vez, fomentou a demanda por vias de comunicação com áreas para as quais poderiam ser escoados os gêneros que exportassem, bem como das mercadorias que importavam. O curso do rio Pomba certamente correspondia a uma via natural que levava diretamente a Campos dos Goytacazes, mas muito limitada para as necessidades do comércio. Assim, entre 1809 e 1811 foi construída a estrada geral de Minas a Campos dos Goytacazes, que se tornou a principal via comercial nessa região (CAPELLA, CARRARA, CASTRO, 2021). O aumento do comércio entre a zona da Mata central e Campos dos Goytacazes foi de imediato percebido pelas autoridades da capitania de Minas Gerais, que já em 1812 instalou o registro da Barra do Pomba, isto é, o posto de cobrança de tributos sobre a circulação de mercadorias, situado na confluência deste rio com o Paraíba do Sul. No entanto, a circulação de mercadorias por essa rota teve vida efêmera, e já na década de 1830 começou a entrar em declínio. Em grande medida, na porção central da zona da Mata os migrantes das antigas áreas de mineração

reproduziram o modelo de agricultura e pecuária característico do século XVIII, interrompido pelo avanço da cafeicultura e pelo esgotamento do sistema camponês de produção.

Este artigo tem por objetivo analisar a produção rural e a circulação de mercadorias nessa área, ao longo das primeiras décadas do século XIX com base nos dados da importação e exportação pelo registro da Barra do Pomba. Para isso, serão analisados os seguintes itens: 1) a produção rural das freguesias da região (Rio Pomba, São João Batista do Presídio e Santa Rita do Turvo); 2) a instalação e as rotinas de escrituração contábil do registro da Barra do Pomba e 3) o movimento de importação e exportação entre a zona da Mata e Campos dos Goytacazes.

1. a zona da Mata central: população e produção rural

Entre o final do século XVIII e os meados do século XIX o território da zona da Mata foi conformado por diferentes processos de ocupação e uso do solo, que resultaram na constituição de três sub-regiões (mapa 1).

A porção norte, de ocupação mais tardia, correspondia ao vale do rio Doce a partir do encontro do rio Piranga com o ribeirão do Carmo. Já a zona da Mata sul caracterizou-se pela expansão da cafeicultura escravista desde o início do século XIX nas microbacias dos afluentes da margem esquerda do rio Paraíba do Sul, em especial os rios Preto e Paraibuna. Por sua vez, zona da Mata central, correspondente basicamente ao território das antigas freguesias de Rio Pomba, Santa Rita do Turvo e Presídio de São João Batista, isto é, pelos atuais municípios que vão da margem esquerda do rio Pomba até o alto do vale do rio Doce, e daí para leste até o limite com o Espírito Santo (mapa 1). Foi a área originalmente habitada por grupos indígenas – principalmente, coropós, coroados e puris – e que começou a ser ocupada por colonos oriundos das antigas áreas de mineração nos meados do século XVIII. Diferentemente da elevada concentração de terras e mão de obra escrava observada na parte sul, a produção econômica na zona da Mata central caracterizava-se majoritariamente pela produção familiar. Dito de outro modo, trata-se de uma região formada predominantemente por uma população camponesa (CARRARA, 1999, p. 13-29).

Os dados disponíveis para os anos de 1819 a 1821 mostram que a maior parte dos lares desse território ou não contavam com mão de obra escrava ou seu número não ultrapassava os três indivíduos (tabela 1).

| freguesias | população | | | fogos | | | |
|-------------------------------------|-----------|-------|-----|-------|-----|-----|-----|
| | T | L | E | T | 0 | ≤ 3 | ≥ 4 |
| Rio Pomba (distrito da sede) – 1819 | 1.902 | 1.158 | 344 | 109 | 51 | 25 | 33 |
| Santa Rita do Turvo – 1820 | 1.771 | 1.132 | 639 | 213 | 117 | 42 | 54 |
| São João Batista do Presídio – 1821 | 3.678 | 2.895 | 783 | 603 | 442 | 98 | 63 |

Tabela 1: população das freguesias de Rio Pomba, Santa Rita do Turvo e São João Batista do Presídio, 1819-1821

Fontes: ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA/Lista nominativa da freguesia de Rio Pomba; Rio Pomba, 11 de junho de 1819 [código 701]; ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA/Lista nominativa da freguesia de Santa Rita do Turvo; Santa Rita do Turvo, 20 de agosto de 1820 [código 742]; ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA/Lista nominativa da freguesia de São João Batista do Presídio; Presídio, 27 de agosto de 1822 [código 398];

Observação: 1) na lista nominativa de São João Batista do Presídio faltam as folhas com a relação de 28 fogos; o total de 631 é também confirmado por outro documento: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO/CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO/Ata da eleição da freguesia de São João Batista do Presídio; São João Batista do Presídio, 18 de agosto de 1822 [CMOP 178]; 2) segundo o cálculo do pároco João Bonifácio Duarte Pinto, a freguesia de Rio Pomba possuía 1.589 fogos em 1821: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO/CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO/cópia do termo das eleições paroquiais realizadas na freguesia do Rio Pomba; Rio Pomba, 29 de julho de 1821 [cx. 85, 25]; 3) os dados das freguesias do Presídio e de Santa Rita do Turvo não se mostram distantes dos apresentados por Cunha Matos: 3.851 indivíduos e 633 fogos, e 1.895 pessoas e 234 fogos, respectivamente (Matos, 1979, v. 1, p. 80);

Na freguesia do Presídio, por exemplo, 73,3% dos fogos não possuíam escravos, e em 16,25% seu número não era superior a três. No distrito da sede da freguesia de Rio Pomba, em 55% dos fogos não havia escravos, e em Santa Rita do Turvo, essa proporção chegava a 46,7%, enquanto em 23% dos lares viviam menos de três cativos. Isso não impedia, contudo, que houvesse unidades de produção com cifras mais elevadas de população escrava: No Presídio, havia cinco proprietários com 22 a 32 cativos, e em Santa Rita do Turvo, três proprietários respondiam por 26% da mão de obra escrava total.

De todo modo, as três freguesias têm como característica comum a mesma estrutura de distribuição da mão de obra cativa, na qual a maior parte da propriedade escrava situava-se na faixa de 1 a 10 indivíduos (gráficos 1, 2 e 3).

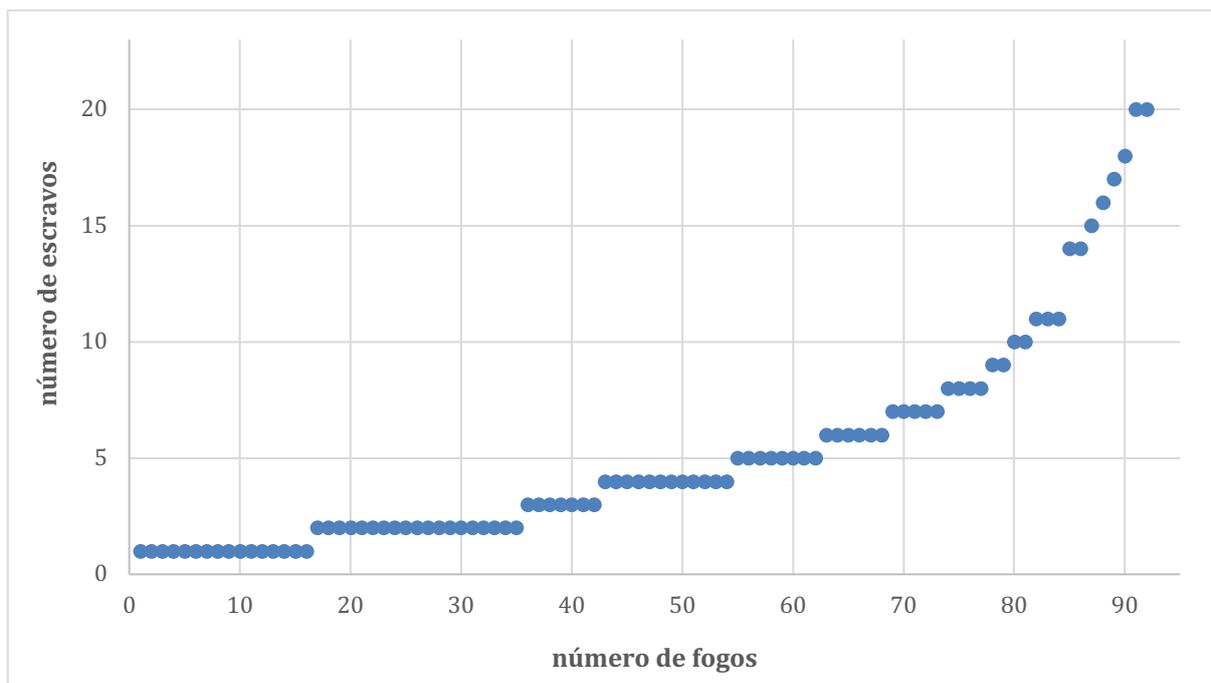


Gráfico 1: distribuição da mão de obra escrava pelos fogos da freguesia de Santa Rita do Turvo em 1820.
 Fonte: cf. tabela 1.

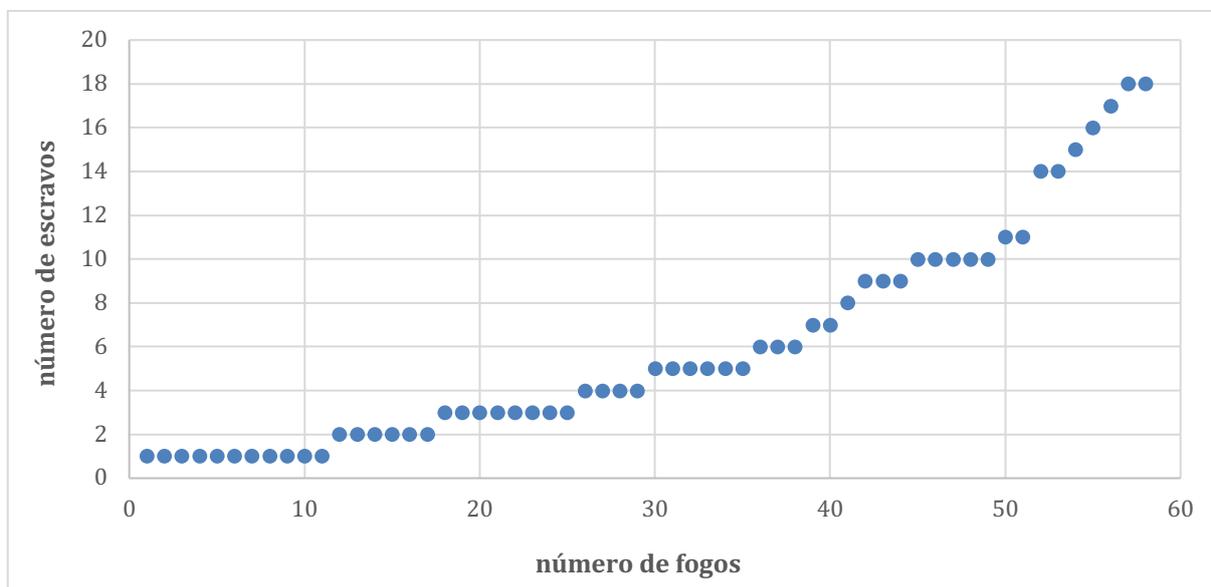


Gráfico 2: distribuição da mão de obra escrava pelos fogos da freguesia de Rio Pomba em 1819.
 Fonte: cf. tabela 1.

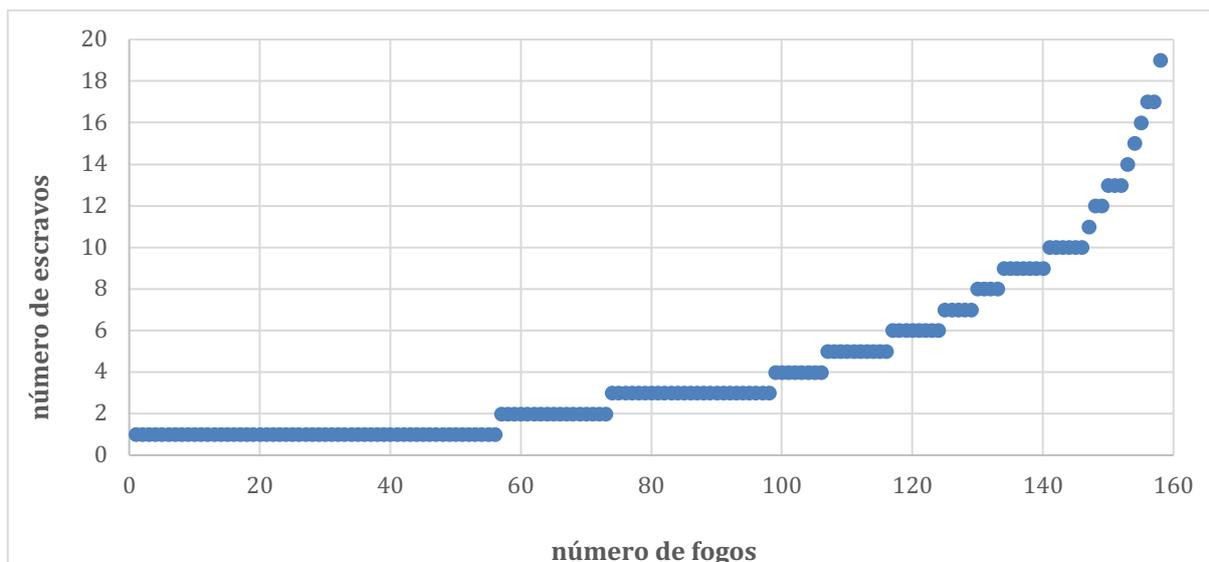


Gráfico 3: distribuição da mão de obra escrava pelos fogos da freguesia de São João Batista do Presídio em 1821.

Fonte: cf. tabela 1.

Tal estrutura de propriedade escrava sem dúvida não se manteve constante, mas foi ela que condicionou o padrão de produção agrícola da zona da Mata central. Em 1872, o número e a distribuição geográfica da população cativa confirmava o padrão que havia se estabelecido nos primeiros anos do século XIX (mapas 1 e 2). O fato de a maior parte da produção rural ser praticada em unidades que contavam com a força de trabalho familiar ou com um número reduzido de escravos limitou as possibilidades de desenvolvimento de uma agricultura mercantil, e mesmo a pecuária suína, que poderia ser praticada em unidades menores, dependia da produção de milho para alimento dos animais. Isso explica a diversificação da produção rural nas primeiras décadas do século XIX. Apesar de serem fontes com representatividade limitada, os inventários dessa região ao menos sugerem que na paisagem rural predominavam até a década de 1840 as lavouras de milho, feijão e cana e, a partir de então, a um ritmo acelerado, o café começou a tornar-se frequente. A pecuária, por sua vez, limitava-se à criação de algumas cabeças de bois e vacas, um e outro cavalo, poucas ovelhas e cabras, mas um bom número de porcos (CARRARA, 1999, 43-45).

Apesar de comungarem um processo de ocupação e uso do solo comuns, os gráficos 4, 5 e 6 mostram que na década de 1830 já era possível perceber diferenças importantes. A quase totalidade dos dízimos em Santa Rita do Turvo e no Presídio em 1833 situava-se na faixa inferior aos 20.000 réis. No entanto, em Rio Pomba o número dos que conseguiam manter uma produção superior a esta cifra é considerável: 43, ou 16% do total de 268 produtores, que respondiam por 45% do total produzido.

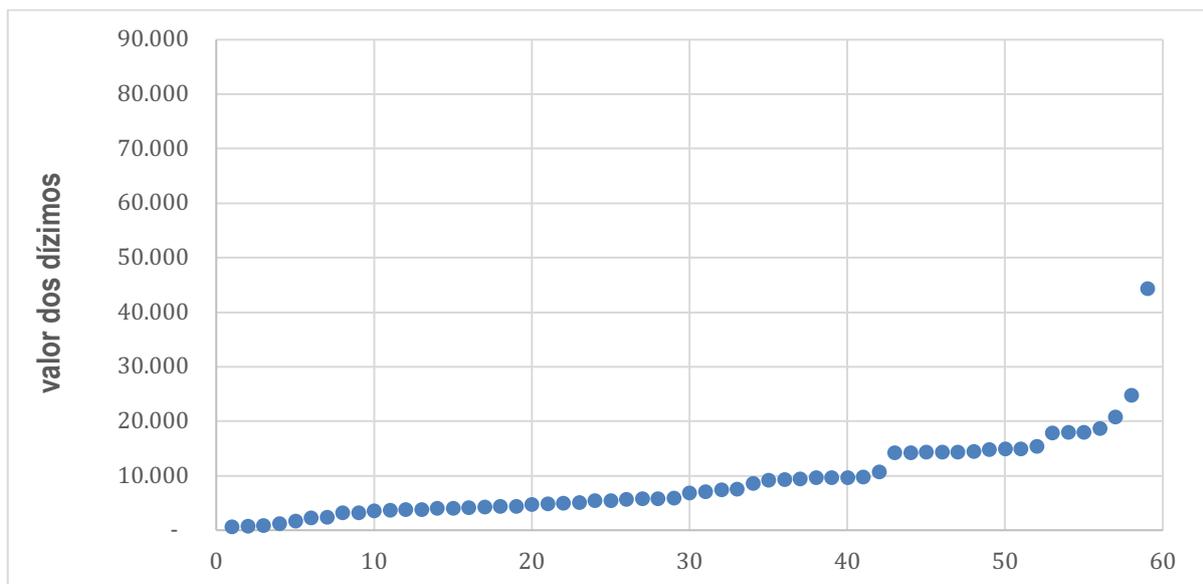


Gráfico 4: número de produtores rurais e valor dos dízimos em réis da freguesia de Santa Rita do Turvo, 1833

Fontes: Arquivo Público Mineiro. Fazenda Provincial. Lançamento dos dízimos das freguesias de São Manuel da Pomba, São João Batista do Presídio e Santa Rita do Turvo, 1833-1839 [FP-006]; Arquivo Público Mineiro. Fazenda Provincial. Lançamento dos dízimos das freguesias de Santa Rita do Turvo e Barra do Bacalhau, 1833-1836 [FP-009].

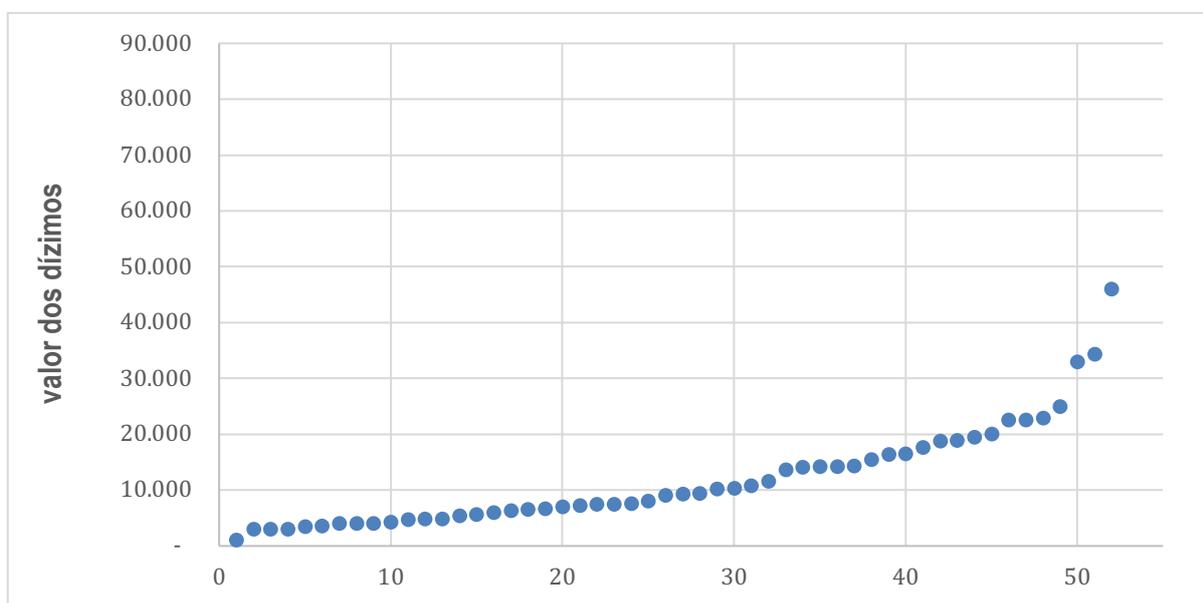


Gráfico 5: número de produtores rurais e valor dos dízimos em réis da freguesia de São João Batista do Presídio, 1833

Fontes: Arquivo Público Mineiro. Fazenda Provincial. Lançamento dos dízimos das freguesias de São Manuel da Pomba, São João Batista do Presídio e Santa Rita do Turvo, 1833-1839 [FP-006].

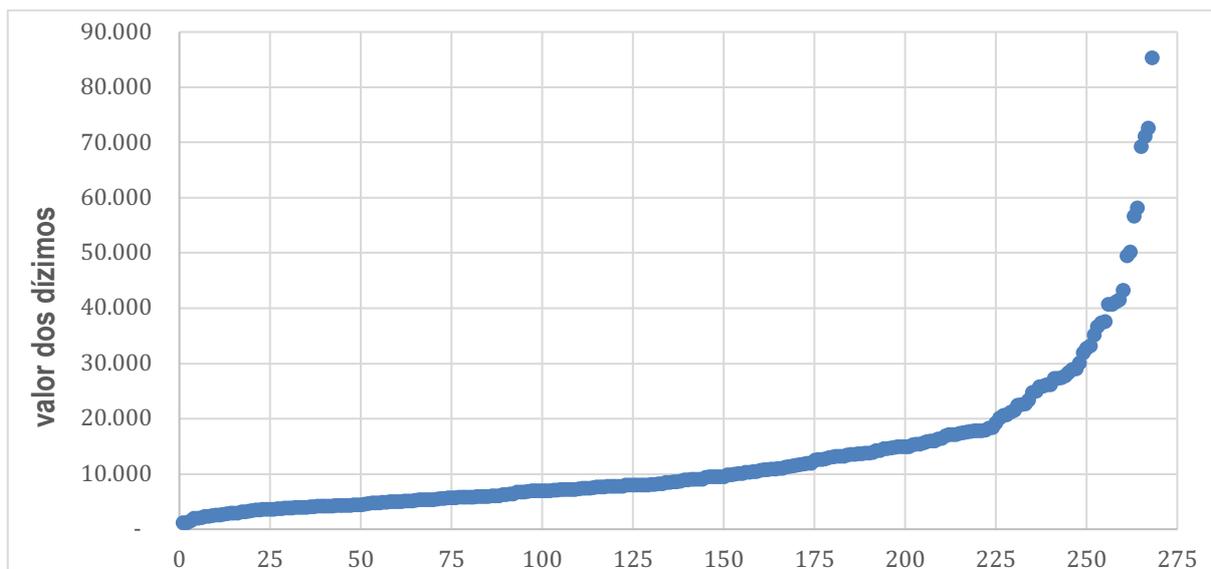


Gráfico 6: número de produtores rurais e valor dos dízimos em réis da freguesia de São Manuel da Pomba, 1833

Fontes: Arquivo Público Mineiro. Fazenda Provincial. Lançamento dos dízimos das freguesias de São Manuel da Pomba, São João Batista do Presídio e Santa Rita do Turvo, 1833-1839 [FP-006].

A razão para esta diferença reside sem dúvida no fato de processo de desestruturação das comunidades indígenas ter-se iniciado originalmente nessa freguesia, o que permitiu a constituição precoce de unidades de produção maiores e melhor articuladas aos mercados próximos. Diferentemente, a freguesia do Presídio concentrava a maior porcentagem da população indígena da região em 1821: 18,64% do total de 3.678 habitantes. Os baixos números na freguesia de Santa Rita do Turvo, por sua vez, talvez sejam explicados pela maior dificuldade em escoar sua produção, seja pela maior distância dos centros consumidores, seja por não contar com estradas satisfatórias. E isso a despeito de situar-se nessa freguesia a unidade de produção com o maior número de escravos da zona da Mata central: a fazenda do falecido padre Manuel Inácio de Castro, com 96 trabalhadores.

Em 1833, a produção rural destinada ao mercado da freguesia do Presídio foi estimada em 6.194.600 réis; a da freguesia de Rio Pomba correspondia a 34.523.5909 réis; e a de Santa Rita do Turvo, em 5.328.460 réis. O número de lavradores e criadores em cada uma destas freguesias foi de, respectivamente, 52, 268 e 59. Se se levar em conta, o preço médio dos gêneros de primeira necessidade no início de 1834, isto é, no ano da cobrança do dízimo de 1833, o valor da produção da freguesia de Santa Rita do Turvo, por exemplo equivalia a 4.440 alqueires de milho (134.200 kg), ou 2.131 alqueires de feijão (64.410 kg).¹² Se a população

¹ Os preços correntes desses gêneros de primeira necessidade no mercado de São João del Rei no início de 1834 eram os seguintes: 1.200 réis o alqueire de milho e 2.500 réis o alqueire de feijão (*Astro de Minas*, São João del Rei, 5 de abril de 1834, n. 996, p. 4).

dessa freguesia em 1831 contava com 1.827 habitantes, a cada um corresponderia cerca de seis quilos de milho ou a três quilos de feijão por mês, cifras sem dúvidas insuficientes para atender a demanda. Esta a razão por que os dízimos contam apenas parte da história, já que a maior parte dos gêneros de primeira necessidade eram produzidos em unidades de produção camponesas.

De todo modo, o elemento comum às três freguesias flagrados pelos gráficos é que a maior parte dos residentes nas três freguesias não produziam excedentes destinados ao mercado, e mesmo os que conseguiam fazê-lo, situavam-se nas faixas de produção mais baixas. Considere-se, por exemplo, só o distrito da sede da freguesia de Santa Rita do Turvo, onde em 1831, dos 297 fogos, apenas 59 produziam gêneros postos à venda em 1833.

No entanto, ao longo da década de 1820 uma mudança significativa ocorreu na estrutura demográfica da região: a porcentagem de cativos subiu de 18% em 1819 para 46,9% da população, o que revela a expansão da atividade rural voltada para o mercado. E mesmo tendo ocorrido uma pequena redução no percentual em Santa Rita do Turvo (de 36% em 1820 para 30,2% em 1831), noutras áreas de ocupação mais tardia o percentual já superava os 25%: 37,5% em São José do Paraopeba (atual município de Tocantins), e 27,7% em Santa Rita da Meia Pataca (atual município de Cataguases).³

2. O registro da Barra do Pomba

Do contrato para a construção do quartel firmado em Vila Rica na data de 13 de dezembro de 1811 com o guarda-mor Lino José Moreira, morador no ribeirão Ubá, constava que a obra deveria estar “pronta e acabada a portas fechadas” até julho de 1812. Deveria ter 48 palmos de frente e 36 de fundos, piso de terra e a cobertura de telhas de barro, uma sala no meio e dois quartos laterais com janela para fora. Na parte de trás, uma cozinha, despensa e uma casa de estrebaria com um coche largo o suficiente para alimentar os cavalos. Previa ainda a construção de uma mesa, dois bancos e um caixão para mantimentos. Do ofício

² Segundo estes autores, o alqueire de milho ou de feijão equivalia 30,225 quilos.

³ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. COLEÇÃO MAPAS DE POPULAÇÃO. Relação nominal de habitantes; São Manuel do Pomba, 1831 [MP-cx. 02-doc. 16]; ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. COLEÇÃO MAPAS DE POPULAÇÃO. Relação nominal de habitantes; São José do Paraopeba, 29 de outubro de 1831 [MP-cx. 03-doc. 16] – 140 fogos, 426 escravos e 710 livres; ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. COLEÇÃO MAPAS DE POPULAÇÃO. Relação nominal de habitantes; Santa Rita da Meia Pataca; Santa Rita da Meia Pataca, 19 de novembro de 1831 [MP-cx. 02-doc. 14] – 112 fogos, 206 escravos e 547 livres; ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. COLEÇÃO MAPAS DE POPULAÇÃO. Relação nominal de habitantes; Santa Rita do Turvo; Santa Rita do Turvo, 9 de dezembro de 1831 [MP-cx. 02-doc. 26] – 297 fogos, 552 escravos e 1.275 livres.

encaminhando o contrato para a apreciação do Príncipe Regente, datado do mesmo ano, consta o parecer de aprovação em janeiro de 1812.⁴

Tendo a obra sido concluída conforme previsto no contrato, o registro entrou em funcionamento no terceiro trimestre de 1812. Os membros do corpo policial do quartel desempenhavam também o cargo de comandantes e administradores do posto fiscal, cabendo-lhes a função de arrecadar os impostos relativos ao trânsito de mercadorias registrado mensalmente nos mapas de importação e exportação enviados, a cada trimestre, à Tesouraria Geral em Vila Rica. Além do vencimento, o comandante administrador tinha direito a uma comissão sobre os rendimentos do registro.⁵

O montante arrecadado era enviado a Vila Rica por um soldado do quartel, sendo lavrado um recibo no próprio livro de escrituração, como este de 1813⁶:

Recebi do furriel Lucas José de Araújo, comandante e administrador deste registo, a quantia de cento e dois mil, trezentos e setenta e cinco réis, constantes dos termos acima para entregar na Tesouraria Geral de Vila Rica, e por ter recebido a sobredita quantia para entregar aqui me assigno com o dito furriel.

Lucas José de Araújo
Comandante administrador

Antônio José Lisboa
Soldado

A partir de 1815 parece ter sido introduzida a rotina para registrar o movimento de mercadorias e o comandante do quartel do registro da Barra da Pomba por meio de mapas de importação e de exportação⁷. E em atendimento à Ordem Imperial de 30 de julho de 1830, a

⁴ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Documento com valor da construção (100\$00) dos quartéis da Barra e do Porto do Cunha. Vila Rica, 11 de janeiro de 1812 [CMOP, cx. 82, doc. 08]. O guarda-mor Lino José Moreira é o mesmo que por sugestão apresentada em março de 1811 pelo brigadeiro Antônio José Dias Coelho, inspetor da Junta Militar, deveria ser despejado das terras que havia adquirido na aldeia do índio Filipe, no ribeirão Ubá, com casa de vivenda, bananal e outras plantas, pagas com uma égua de valor muito inferior (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. SECRETARIA DE GOVERNO DA CAPITANIA (SEÇÃO COLONIAL)/ Relatório da inspeção feita nas 2ª, 3ª e 4ª Divisão da conquista dos índios do sertão do rio Doce para averiguar os abusos cometidos contra os índios. Vila Rica, 06 de março de 1811 [SG, cx. 83, doc. 26]).

⁵ BIBLIOTECA NACIONAL/DIVISÃO DE MANUSCRITOS/COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO/PROCESSO referente ao parecer de Manuel Teixeira de Sousa a Sua Majestade, sobre a quantia a ser paga ao furriel Camilo José de Moura, que serviu como administrador dos direitos das entradas no registro da Barra da Pomba, referente à porcentagem sobre o rendimento do dito registro a que tem direito. Vila Rica, 9 dezembro de 1817. 8 p. [s.n.].

⁶ ARQUIVO NACIONAL/ COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO/ Entradas de mercadorias pelo registro da Barra do Pomba. Julho de 1812 a 1 outubro de 1820. [Livro 425, Rolo 40].

⁷ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. SECRETARIA DE GOVERNO DA CAPITANIA (SEÇÃO COLONIAL)/ Carta do furriel comandante Lucas José Araújo sobre o envio dos mapas de importação e exportação de carga. Registro da Barra do Pomba, 06 de junho de 1815. [CC-Cx.1- 10035].

Junta da Fazenda de Minas determinou a remessa mensal de informações relativas ao movimento do registro da Pomba e dos valores em caixa.⁸

Para efetuar com segurança o transporte dos mapas e dos valores arrecadados, os soldados condutores se valiam da companhia das tropas, que por vezes enfrentavam dificuldades na travessia pela mata ou por conta da queda das pontes, o que resultava em atrasos⁹.

O quartel do registro da Barra da Pomba situava-se em algum local na margem esquerda do rio Pomba, antes da sua confluência com o rio Paraíba, território então pertencente a Minas Gerais. Três fontes atestam esta localização. Da carta de sesmaria de Joana Maria da Silva, consta que as terras pedidas ficavam na barra do rio Pomba, ao norte, e confrontavam com o quartel militar pelo poente¹⁰. Igualmente o relato de sua viagem do Presídio de São João Batista a Campos dos Goytacazes em 1833, Silva Pontes informa que ao sair da fazenda e ribeirão Frecheiras, tendo marchado 7,5 km, chegou ao quartel do registro pouco adiante “e, portanto, a uma e meia légua [9 km] arredado de Frecheiras toquei a linha dos limites orientais da província de Minas”, onde o rio Pomba conflui no rio Paraíba¹¹.

Esta fazenda Frecheiras, no ribeirão e valão do mesmo nome, afluente da margem esquerda do rio Pomba, onde hoje se localiza o povoado de Frecheiras (distrito de Funil, município de Cambuci), pertencia a Joaquim de Morais Peçanha e sua esposa, Ana Maria Correia, e depois aos seus herdeiros¹². Em 1831, o casal e os filhos Manuel, Joaquim, Domingos, Francisco e Rita, bem como José de Morais Peçanha e João de Morais Peçanha, estes solteiros e da mesma família, residiam no distrito de Santa Rita de Meia Pataca, cujo território se estendia até a barra do rio Pomba¹³.

Por fim, o relatório e mapa elaborados pelo tenente João José da Silva Teodoro, encaminhado em 1º de março de 1847 ao presidente da província de Minas Gerais. Teodoro

⁸ BIBLIOTECA NACIONAL/DIVISÃO DE MANUSCRITOS/COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO/ORDEM imperial ao comandante administrador do registro da Barra da Pomba ordenando remessa mensal da conta dos rendimentos do registro; Ouro Preto, 18 de agosto de 1830. [I-26,15,038].

⁹ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. SECRETARIA DE GOVERNO DA CAPITANIA (SEÇÃO COLONIAL)/ Informação de serviço do furriel comandante e administrador do registro da Barra da Pomba, dizendo que remete os mapas de importação e exportação do Registro da Barra da Pomba, e conta as dificuldades dos soldados para levá-los; registro da Barra do Pomba, 1º de abril de 1816 [SG, cx.96, doc. 81].

¹⁰ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. SECRETARIA DE GOVERNO DA CAPITANIA (SEÇÃO COLONIAL)/ Registro de sesmarias (com índice no final) - 1810 -1814. 16 de março de 1814 [SC.352. p. 85v].

¹¹ Engracia, Júlio. Adenda às Efemérides Mineiras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 9, p. 134.

¹² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. REGISTROS PAROQUIAIS DE TERRAS/ Freguesia de Santo Antônio de Pádua, município de São Fidélis. 11 de julho de 1856. Livro 80, 1854-1857.

¹³ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. COLEÇÃO MAPAS DE POPULAÇÃO/Mapa de População. Santa Rita de Meia Pataca. 1838. [MP, cx. 3, doc. 18].

havia sido encarregado de examinar as divisas de Minas com a província do Rio de Janeiro pelo lado de Campos dos Goytacazes:

na Barra da Pomba foi colocado o registro denominado da Pomba, e todo o território do mesmo registro para dentro foi povoado por mineiros; tanto que a fazenda denominada Frecheira, hoje de Francisco Morais, [Francisco Morais Peçanha, possivelmente o Morais citado no mapa] e que está a uma légua aquém daquele registro, foi cultivada pelo mineiro capitão Antônio Gomes Cândido, quando comandante do distrito do Meia Pataca”.¹⁴

O registro da Barra do Pomba passou a denominar-se recebedoria por força do Regulamento nº 15, de 31 de maio de 1839, que deu execução à Lei Provincial nº 154, de 9 de abril de 1839. Alguns destes postos fiscais eram compostos de um administrador e um escrivão, outros de um só funcionário ou de um vigia e aqueles para os quais não tivesse sido designado um empregado ficariam a cargo de uma pequena força policial¹⁵. No entanto, a cobrança do direito de passagem na recebedoria da Barra do Pomba foi iniciada somente a partir de 1846, ano em que já estava em exercício a barca há pouco construída, sendo este um direito cobrado, entre outros, nos rios que serviam de divisa da província mineira com outras.¹⁶ Na década seguinte a recebedoria da Barra do Pomba estava entre aquelas que apresentavam baixa arrecadação pagando módicos ordenados que não atraíam bons

¹⁴ ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. [TEODORO, João José da Silva]. Carta topográfica dos termos do Presídio, Pomba e São João Nepomuceno, com notícias do país que deles segue até o mar pela costa oriental [F2/MAP 04]; ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Plataforma Hélio Gravatá. Relatório do tenente João José da Silva Teodoro, encarregado pelo exmo. sr. dr. Quintiliano José da Silva, presidente da Província de Minas Gerais de levantar o mapa topográfico dos municípios do Presídio, Pomba e S. João Nepomuceno, e de verificar as divisas entre a dita província, e as do Rio de Janeiro e Espírito Santo pelo lado de Campos e Itapemirim. Ouro Preto, Tip. do Eco de Minas, 1847, p. 5 [AHG-018380]. No seu mapa acha-se indicada a localização da fazenda de Genoveva, situada pouco antes da fazenda Frecheiras. Esta pode ser a viúva Genoveva Maria do Nascimento, talvez nora de Joaquim de Morais Peçanha, cujas terras faziam testada para o rio Pomba e confrontavam com as de João de Morais Peçanha, testamenteiro dos pais, divisas estas estabelecidas e confirmadas por termo de conciliação, podendo fazer parte da antiga fazenda Frecheiras. Desta propriedade até a barra do rio Pomba, onde ficava o Quartel do Registro do Pomba, há a mesma distância percorrida por Silva Pontes, ou seja, 8 km aproximadamente.

¹⁵ Livro da Lei Mineira. Tomo V, Parte I, Folha Nº12. Tais recebedorias foram montadas em todos os pontos correspondentes aos registros criados pela província fluminense (Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza na abertura da 1.a sessão da 3.a legislatura da Assembleia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1840 a 1841. Segunda edição. Niterói, Tip. de Amaral & Irmão, 1851, p. 4).

¹⁶ Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1847 pelo presidente da província, Quintiliano José da Silva. Ouro Preto: Tip. Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1847, p. 58; Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou na abertura da sessão ordinária de 1858 o conselheiro Carlos Carneiro de Campos, presidente da mesma província. Ouro Preto: Tip. Provincial, 1858, p. 56.

administradores.¹⁷ Este baixo rendimento demonstra a redução do trânsito de mercadorias na estrada.

Com base nos mapas de importação e exportação até agora conhecidos, possivelmente o ano de 1832 tenha sido o último em que o Registro do Pomba funcionou sob a administração de Minas Gerais. No ano seguinte foram extintos os tributos coloniais e as províncias passaram a exercer o controle sobre o trânsito de mercadorias estabelecendo taxas e criando postos de arrecadação. A este respeito o presidente Paulino José Soares de Souza informou que de Muriaé provinham anualmente apenas 150 a 200 animais de carga que geralmente não conduziam café e açúcar, e o mau estado dos caminhos do Feijão Cru e Pirapetinga impedia o trânsito de animais carregados.¹⁸

O registro da Pomba da província fluminense, situado em local não identificado, foi transferido para a margem do rio Paraíba, no ponto fronteiro a São Fidelis, por Deliberação de 2 de janeiro de 1863¹⁹. Neste mesmo ano a Secretaria de Governo da província do Rio de Janeiro autoriza a Diretoria da Fazenda a fazer gastos com a mudança de balança, pesos e pertences do Registro do Pomba, então transferido para a vila de São Fidélis.²⁰

A última notícia da estrada de Minas a Campos é de 1838, quando a Câmara da vila da Pomba pediu a sua reforma, argumentando que por ela se importavam gêneros de primeira necessidade para a província e que por ter sido aberta há mais de trinta anos encontrava-se em mau estado, sendo trilhada, com grandes sacrifícios, apenas por tropeiros e boiadeiros.²¹ Em 1841, além da subscrição voluntária dos cidadãos interessados, a Câmara de Presídido obteve do governo da província a destinação de recursos para auxiliar na construção de uma ponte sobre o rio Pomba no arraial de Meia Pataca, cuja obra franquearia depois as comunicações até Porto Novo do Cunha.²²

Até o final do século, a ferrovia dominaria as comunicações e os transportes terrestres na Mata Mineira.

¹⁷ Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou na abertura da sessão ordinária de 1857 o conselheiro Herculano Ferreira Pena, presidente da mesma província. Ouro Preto: Tip. Provincial, 1857, p. 59.

¹⁸ Rio de Janeiro. Presidência da Província. *Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro Paulino José Soares de Souza*; [Rio de Janeiro]: [S.n.], 18 de outubro de 1835, p. 18-19.

¹⁹ VEIGA, J. P. Xavier da. Minas Gerais e Rio de Janeiro. (Questão de Limites). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1899, vol. IV, p. 351.

²⁰ 24.08.1863. Parte Oficial. Província do Rio de Janeiro. Expediente. Rio de Janeiro da Secretaria do Governo. julho-1863, Dia 29. *Correio Mercantil*, nº 232. Biblioteca Nacional.

²¹ Discurso que o Exmo. Presidente da Província de Minas Gerais dirigiu à Assembleia Provincial. *O Sete D'abril*, 14 de março de 1838, nº 533, p. 2.

²² Fala que o Presidente da Província dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no ano de sua instalação. O UNIVERSAL, n. 17, p. 2, Ouro Preto, 04.02.1841. Biblioteca Nacional-RJ.

3. Os movimentos de exportação e importação: gêneros e destinos

Os registros da exportação pelo registro da Barra do Pomba correspondem ao período de 1824 a 1832 (Corrêa, 2012, p. 78-165). Os produtos tinham como principal destino a vila de São Salvador (Campos dos Goytacazes), seguindo pequena parte para Aldeia da Pedra (Itaocara), Cantagalo e para a cidade do Rio de Janeiro, e provinham predominantemente das freguesias de Pomba e Presídio de São João Batista e, em menor volume, de localidades mais distantes, como Barbacena, Barra do Bacalhau, Piranga, Ponte Nova, e mesmo de Lagoa Dourada, Matias Barbosa e Ouro Preto.

A frequência do movimento de exportação de alguns gêneros é sem dúvida um excelente indicador da produção agrícola e pecuária regional. São os casos do toucinho, do queijo e do gado vacum (tabela 1). Contudo, os volumes elevados de algodão devem ser vistos com cautela, pois parecem sinalizar não para uma produção local, mas para o fato de que a estrada de Ouro Preto a Campos ter sido, ao menos durante algum tempo, uma das vias de escoamento da produção originária de Minas Novas. Por sua vez, a ocorrência de apenas uma pequena carga de 16 arrobas de café proveniente do antigo arraial da Prata (atual município de São Domingos do Prata) mostra que Campos dos Goytacazes não era o destino desse gênero no período. De acordo com os registros de dízimos, a produção de café nos primeiros anos da década de 1830 concentrava-se porção ao norte da zona da Mata central, na freguesia de Barra do Bacalhau, atual município de Guaraciaba (APM, FP-009).

Outro gênero que merece atenção, por sua relação com a exploração da mão de obra indígena, é a poaia (*Cephaelis ipecacuanha*), planta medicinal nativa na região, usada no Brasil e na Europa, usada, dentre outros fins, para o tratamento de disenteria, febre de mau caráter, coqueluche e bronquite (CHERNOVIZ, 1897, p. 752-754).

| produto | medida | anos | | | | | | | |
|---------------|---------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | 1824 | 1825 | 1826 | 1827 | 1828 | 1829 | 1830 | 1832 |
| Toucinho | arroba | 1.340 | 1.389 | 1.553 | 2.258 | 1.741 | 2.041 | 2.051 | 566 |
| Queijo | unidade | 700 | 2.950 | 810 | 600 | 1.930 | 1.020 | 800 | 300 |
| Gado vacum | unidade | 408 | 1.548 | 1.479 | 1.545 | 2.138 | 1.284 | 1.475 | 1.089 |
| Algodão | vara | 300 | 10.362 | 9.954 | 2.486 | 4.131 | 600 | 5.000 | 2.500 |
| Fumo | arroba | | 116,6 | 119,5 | 282 | 159 | 24 | 4 | |
| Fumo | rolo | | 63 | 29 | | | | 24 | |
| Poaia | arroba | | | | 63 | 88 | 7 | 15 | 6,5 |
| Marmelada | arroba | 50 | 43 | | 15 | 38 | 6 | 80 | |
| Mantas | unidade | | 56 | | | | | | |
| Colchas | unidade | | 69 | | | | | | |
| Capados em pé | unidade | | 2 | 177 | | | | | |
| Galinhas | unidade | | 67 | | | 280 | | 50 | |

| | | | | | | | |
|------------------|---------|----|--|-----|-------|----|----|
| Sabão em barra | arroba | 2 | | | | | |
| Azeite de mamona | barril | 10 | | | 2 | | |
| Cavalos | unidade | | | 16 | | 9 | 46 |
| Chicotes | unidade | | | 480 | 1.800 | | |
| Freios | unidade | | | | 30 | | |
| Meias | unidade | | | | | 25 | |
| Cobertores | unidade | | | | | | 50 |
| Café | arroba | 16 | | | | | |

Tabela 1: gêneros exportados pelo registro da Barra do Pomba, 1824-1832.

Fonte: CORRÊA, 2012, p.107-164 (cf. também a relação detalhada nas fontes).

Quanto à importação, os locais de destino dos produtos importados eram quase sempre os mesmos identificados nos registros de exportação, sendo a freguesia de Rio Pomba o mais comum. A importação constou de gêneros variados, mas o sal era a mercadoria responsável pelo maior valor da arrecadação do registro da Barra da Pomba (tabela 2).

| produto | medida | quantidade |
|---------------------|---------|------------|
| Aço | arroba | 15,9375 |
| Aguardente do Reino | barril | 3,375 |
| Bacalhau | arroba | 42,5 |
| Bestas | unidade | 08 |
| Bois | unidade | 20 |
| Cavalos | unidade | 31 |
| Chumbo | arroba | 22,34375 |
| Cobre | arroba | 24,25 |
| Enxada | unidade | 39 |
| Éguas | unidade | 33 |
| Farinha de trigo | arroba | 07 |
| Fazenda seca | arroba | 99 |
| Ferro | arroba | 372,1875 |
| Frasqueira | unidade | 17 |
| Louça | arroba | 12,5 |
| Molhados | arroba | 11,261 |
| Pau brasil | arroba | 14 |
| Potros | unidade | 7 |
| Sal | arroba | 6.143,50 |
| Secos | arroba | 302,9375 |
| Vinho | Barril | 287,89 |

Tabela 2: volume de produtos importados pelo registro da Barra do Pomba, 1812 a 1832.

Fontes: Livros de Entradas de mercadorias pelo registro da Barra do Pomba. 1812 a 1832 (relação detalhada nas fontes).

Observação: 1. um barril equivale a um garrafão e a 32 garrafas ou botelhas; e um ancorote equivale a meio barril ou a 16 garrafas ou botelhas.

O fato de que especialmente entre 1812 e 1821 a notação genérica de molhados não permitir determinar o gênero ao qual esta categoria estaria se referindo, uma comparação

entre o movimento geral em todo o período não desautoriza pensar que em sua maior parte os molhados correspondiam ao sal, muito provavelmente importado das salinas do litoral ao sul de Campos de Goytacazes, e destinado à freguesia de Rio Pomba (tabelas 3 e 4).

| ano | molhados arroba | sal arroba | vinho barril | secos arroba | escravos indivíduos |
|-------|--------------------|---------------|-----------------|-----------------|------------------------|
| 1812 | 137,50 | | | | |
| 1813 | 281,00 | 6,50 | | | 12 |
| 1814 | 376,00 | | 11,50 | 30,5 | 11 |
| 1815 | 402,50 | | 23,00 | 14 | 3 |
| 1816 | 738,00 | | 5,00 | 9,5 | 8 |
| 1817 | 2.118,50 | 23,00 | 18,00 | 29,5 | 13 |
| 1818 | 1.307,00 | 59,00 | 7,50 | 82,5 | 2 |
| 1819 | 2.597,50 | 3,00 | 7,00 | 37 | 3 |
| 1820 | 1.512,50 | | 12,00 | 12,5 | 3 |
| 1821 | 1.764,00 | | 18,50 | 24 | 11 |
| 1822 | - | - | 18,56 | 1 | 35 |
| 1823 | - | | 40,53 | | 5 |
| 1824 | 2,00 | 770,00 | 25,25 | 25 | 35 |
| 1825 | 15,00 | 2.830,00 | 27,28 | 6 | 25 |
| 1826 | 4,00 | 2.452,00 | 9,75 | | 26 |
| 1827 | | | 22,13 | 5 | 10 |
| 1828 | | | 14,34 | | 12 |
| 1829 | | | 20,86 | 61 | 19 |
| 1830 | | | 6,69 | 4,5 | 12 |
| 1831 | | | 11,50 | | 1 |
| 1832 | | | 23,00 | | 2 |
| Total | 11.255,5 | 6.143,5 | 287,89 | 342 | 248 |

Tabela 3: volume do sal, molhados, fazenda seca e escravos importados pelo registro da Barra do Pomba, 1812-1832.

Fontes: Livros de Entradas de mercadorias pelo registro da Barra do Pomba. 1812 a 1832 (relação detalhada nas fontes)

| destino | sal | % | molhados | % |
|--------------------------|----------|-------|----------|-------|
| arraial da Prata | 39 | | | |
| Barbacena | 41 | | 477 | |
| Barra do Bacalhau | 581 | 9,46 | 2,5 | |
| Calambau | 50 | | | |
| Conceição | 24 | | 93 | |
| Descoberto | 19 | | 19 | |
| Furquim | 60 | | | |
| Itapira | 50 | | | |
| Mariana | 242 | | 342,5 | |
| [?São José da] Paraopeba | | | 67 | |
| Piranga | 223 | | 179,5 | |
| Pomba | 2.738,00 | 44,57 | 1.254,00 | 25,27 |
| Ponte Nova | 116 | | 64 | |

| | | | | |
|------------------------------|---------|--------|----------|--------|
| Porto de Santo Antônio | 62 | | | |
| Prata | 308 | | 13,5 | |
| Presídio de São João Batista | 687 | 11,14 | 783 | 15,78 |
| Queluz | | | 10,5 | |
| Rio Novo | | | 11 | |
| Santa Rita do Turvo | 435 | 7,08 | 0,5 | |
| São Januário de Ubá | 165 | | 79 | |
| São João | | | 57 | |
| São José [?da Paraopeba] | | | 23 | |
| São Miguel [da Piracicaba] | 53 | | 2 | |
| Sumidouro | 40 | | 122,5 | |
| Tapera | 70 | | | |
| [?Conceição do] Turvo | | | 105 | |
| Vila Rica | 100 | | 1.255,00 | 25,28 |
| [?São Caetano do] Xopotó | | | 2 | |
| ilegível | 59,5 | | | |
| não consta | | | 4.715,50 | 48,72 |
| Total | 6.162,5 | 100,00 | 9.678 | 100,00 |

Tabela 4: volume (em arrobas) e percentual por destino do sal e molhados importados pelo registro da Barra do Pomba, 1812-1832

Fontes: Livros de Entradas de mercadorias pelo registro da Barra do Pomba. 1812 a 1832 (relação detalhada nas fontes).

Epílogo: um espaço econômico efêmero

O toucinho e a carne de porco continuaram a ser os principais gêneros de exportação pela Barra do Pomba. No ano financeiro de 1844 a 1845, por exemplo, foram exportadas 1.822 arrobas de toucinho e carne de porco, além 514 arrobas de café, 200 panos de algodão, 271 galinhas e 10 reses. No entanto, o rendimento não passou de 150.110 réis.²³ Vinte e cinco anos depois, era o café que dominava quase exclusivamente o movimento de exportação: no ano financeiro de 1867 a 1868 foram exportadas 429.812 arrobas, ao lado de 28 arrobas de fumo e 15 arrobas de toucinho e 700 varas de pano de algodão.²⁴ A chegada dos trilhos na década de 1870 encerraria definitivamente os vínculos deste espaço econômico.

Fontes

ARQUIVO NACIONAL. COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Livro de registro das guias de café e algodão que se exportaram pelo registro da Barra do Pomba; 1825 [BR RJANRIO 0M.COD.0.735].

²³ Minas Gerais (1846). *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1846 pelo presidente da província Quintiliano José da Silva*. Ouro Preto: Tipografia Imparcial de B. X. Pinto de Souza, mapa 29.

²⁴ Minas Gerais (1870). *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária de 1869 pelo presidente da mesma província Dr. José Maria Correia de Sá e Benevides*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, p. [253].

ARQUIVO NACIONAL. COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Livros de registro de saída de gêneros da Barra do Pomba; janeiro a setembro de 1824 [BR RJANRIO 0M.COD.0.744]; outubro de 1824 a março de 1825 [BR RJANRIO 0M.COD.0.743]; abril a dezembro de 1825 [BR RJANRIO 0M.COD.0.742]; janeiro a dezembro de 1826 [BR RJANRIO 0M.COD.0.741]; 1827 [BR RJANRIO 0M.COD.0.740]; 1828 [BR RJANRIO 0M.COD.0.738]; 1829 [BR RJANRIO 0M.COD.0.736]; 1830 [BR RJANRIO 0M.COD.0.739]; 1831 [BR RJANRIO 0M.COD.0.454]; 1832 (janeiro a junho) [BR RJANRIO 0M.COD.0.737].

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto. Livro da administração geral do contrato dos dízimos de Pedro Luís Pacheco da Cunha, 1775-1828 CC 1322, fols. 139v-147.

ARQUIVO NACIONAL. COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Livros de registro do rendimento das entradas da Barra do Pomba; julho de 1812 a outubro de 1820 [BR RJANRIO 0M.COD.0.425]; 1822 [BR RJANRIO 0M.COD.0.556]; 1823 [BR RJANRIO 0M.COD.0.1238]; 1824 [BR RJANRIO 0M.COD.0.492]; outubro de 1824 a março de 1825 [BR RJANRIO 0M.COD.0.486]; abril a dezembro de 1825 [BR RJANRIO 0M.COD.0.487]; janeiro de 1826 a março de 1827 [BR RJANRIO 0M.COD.0.475]; 1827 [BR RJANRIO 0M.COD.0.482]; 1828 [BR RJANRIO 0M.COD.0.488]; 1829 [BR RJANRIO 0M.COD.0.485]; 1830 [BR RJANRIO 0M.COD.0.689]; 1831 [BR RJANRIO 0M.COD.0.720]; janeiro a junho de 1832 [BR RJANRIO 0M.COD.0.2856]

Bibliografia

CAPELLA, Maria Joana Netto; CARRARA, Angelo Alves; CASTRO, José Flávio Moraes. *A Estrada Geral de Minas a Campos dos Goytacazes*. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2021.

CARRARA, Angelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo; ocupação do solo e transformação do trabalho na zona da Mata central de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1999.

CHERNOVIZ, Pedro Luís Napoleão [1812-1881]. *Formulário e Guia Médico*. 16. ed., Paris: A. Roger; F. Chernoviz, 1897.

CORRÊA, Márcio Xavier. *Memória sobre a economia extrativa da poaia*. Juiz de Fora, 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.

LUNA, Francisco Vidal & KLEIN, Herbert S. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. *Boletim de História Demográfica*, vol. VIII, n. 21, março de 2001.

Mapa 1: municípios da zona da Mata de Minas Gerais em 1890

44°0'0"W

43°0'0"W

42°0'0"W

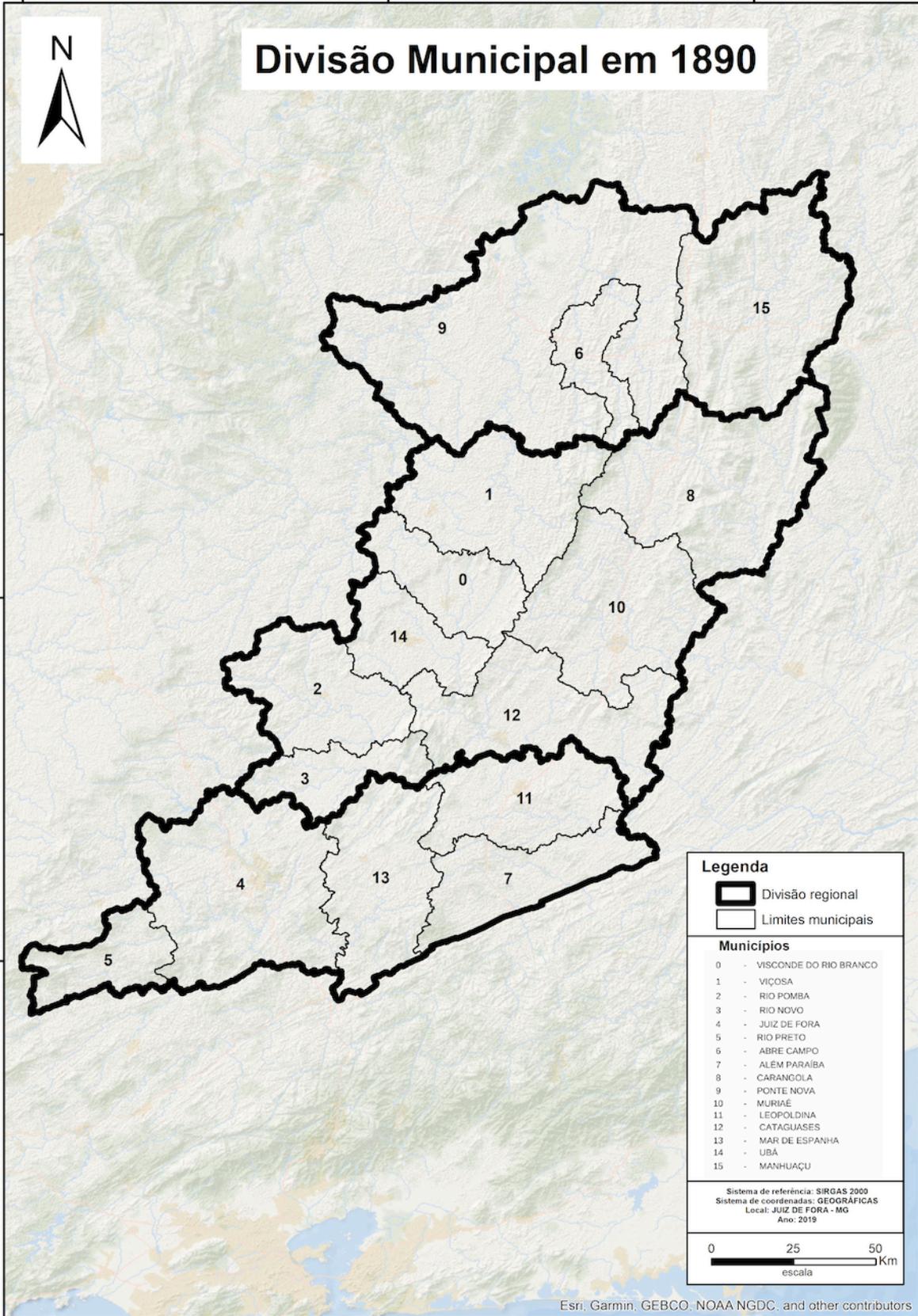


Divisão Municipal em 1890

20°0'0"S

21°0'0"S

22°0'0"S



Legenda

- Divisão regional
- Limites municipais

Municípios

- 0 - VISCONDE DO RIO BRANCO
- 1 - VIÇOSA
- 2 - RIO POMBA
- 3 - RIO NOVO
- 4 - JUIZ DE FORA
- 5 - RIO PRETO
- 6 - ABRE CAMPO
- 7 - ALÉM PARAÍBA
- 8 - CARANGOLA
- 9 - PONTE NOVA
- 10 - MURIAÉ
- 11 - LEOPOLDINA
- 12 - CATAGUASES
- 13 - MAR DE ESPANHA
- 14 - UBA
- 15 - MANHUAÇU

Sistema de referência: SIRGAS 2009
Sistema de coordenadas: GEOGRÁFICAS
Local: JUIZ DE FORA - MG
Ano: 2019

0 25 50 Km
escala

Esri, Garmin, GEBCO, NOAA NGDC, and other contributors

44°0'0"W

43°0'0"W

42°0'0"W

Mapa 2: número de escravos nas freguesias da zona da Mata de Minas Gerais (1872)

